



FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FICHA DE COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO: _____	COMPONENTE CURRICULAR: Enfermagem na Saúde do Adulto II _____	
UNIDADE ACADÊMICA OFERTANTE: <u>Escola Técnica de Saúde</u> _____		SIGLA: _____
CH TOTAL TEÓRICA: 45h _____	CH TOTAL PRÁTICA: 0 _____	CH TOTAL: 45h _____

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Capacitar alunos para exercerem sua prática profissional como Técnicos de Enfermagem qualificados para assistir o adulto diante de situações e contextos específicos.

Objetivos específicos

- Despertar para ações de prevenção e combate aos diversos tipos de violência;
- Entender o alcoolismo e tabagismo enquanto repercussão na saúde;
- Compreender os entraves para implementação da assistência à saúde do homem.
- Contribuir para a compreensão da importância da assistência de enfermagem nos contextos das: pessoas privadas de liberdade, pessoas em situação de rua, população LGBTQIa+, pessoas com deficiência, pessoas negras e indígenas;
- Facilitar o entendimento das atribuições do técnico de enfermagem em medidas de prevenção, promoção e assistência à saúde de pessoas com hanseníase.

EMENTA



Estudo da assistência à saúde e de enfermagem nos aspectos relacionados a violência, hanseníase, alcoolismo e tabagismo, gênero, além das políticas e fatos em contextos específicos relacionados à População Privada de Liberdade, Pessoa com Deficiência, Pessoas em Situação de Rua, População LGBTQIa+, População Indígena, População Negra.

PROGRAMA

Situações, intervenções, prevenção e determinantes

- Violência e seus contextos
- Alcoolismo e Tabagismo
- Discussão de Gênero
- Entraves para implementação da assistência à saúde do homem

Contextos específicos: Políticas Públicas de Saúde, fatos, abordagens e assistência de enfermagem

- População Privada de Liberdade
- Pessoa com deficiência
- Pessoas em Situação de rua
- População LGBTQIa+
- População indígena
- População negra

Infectologia

- Hanseníase

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Política nacional de atenção integral a saúde do homem [recurso eletrônico] / Elza Berger Salema Coelho... [et al] — Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

BRASIL. Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal/ Laurez Ferreira Vilela (coordenadora) – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

POPADIUK, G.S.; OLIVEIRA, D.C.; SIGNORELLI, M.C.A. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transsexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(5):1509-1520, 2017.

BATISTA, G.F. Saúde e gênero: conceito de gênero na produção científica brasileira de saúde e representação de gênero pelos gestores locais da atenção primária / Gláucia de Fátima Batista. – Belo Horizonte, 2014.

BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional – 1. Ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60

p



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2010. 24 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. Decreto n.º 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União 24 Dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília : Ministério da Saúde, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, R.; MURTA, D.; FACCHINI, R.; MENEGHEL, SN. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(6):1997-2005, 2018.

SILVA, ACA., et al . Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. **Interface (Botucatu)**, Botucatu , v. 24, e190568, 2020 .

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN 537/2017.

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN 549/2017.

FGV. Clínica de Políticas de diversidade da FGV Direito SP.A violência LGBTQIa+ no Brasil. 2020.

SERAFINO, I.; LUZ L.C.X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. R. *Katál.*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

PINHEIRO, M.G.C.; SIMPSON, C.A. Preconceito, estigma e exclusão social: trajetória de familiares



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**



influenciada pelo tratamento asilar da hanseníase. Rev enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2017; 25: e13332.

PINHEIRO, M.G.C.; MIRANDA, F.A.N.; SIMPSON, C.A.; CARVALHO, F.P.B.; ATAIDE, C.A.V.; LIRA, A.L.B.C. Compreendendo a “alta em hanseníase”: uma análise de conceito. Rev Gaúcha Enferm. 2017;38(4):e63290.

RAMOS, J.M.H.; SOUTO, F.J.D. Incapacidade pós-tratamento em pacientes hansenianos em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. Rev Soc Bras Med Trop. 2010;43(3):293-7.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº1061 de 18 de maio de 2020. Revoga a portaria 264/2020 e altera a portaria de consolidação nº4/2017 para incluir a doença de chagas crônica na lista nacional de notificação compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo território nacional.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico hanseníase 2020. Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde Número Especial | Jan. 2020. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-de-hansenia-se-2020>

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global Health Observatory data repositior. Number of new Leprosy cases 2018. Disponível em: https://apps.who.int/neglected_diseases/ntddata/leprosy/leprosy.html

Organização Mundial de Saúde. Estratégia Global para Hanseníase 2016-2020. Aceleração rumo ao mundo sem hanseníase.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Estratégia Nacional para Enfrentamento da Hanseníase 2019-2022/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

SILVA, J.S.R. et al. Variáveis clínicas associadas ao grau de incapacidade física na hanseníase. Rev Cuid, Bucaramanga, v.10, n.1, e618, 2019.

MENDES, A.M.; LEITE, M.S.; LANGDON, E.J.; GRISOTTI, M.O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. Rev Panam Salud Publica 42, 2018.

APROVAÇÃO

____/____/____

Carimbo e assinatura do Coordenador do Curso

____/____/____

Carimbo e assinatura do Diretor da
Unidade Acadêmica
(que oferece a disciplina)